

O colonialismo português, factor de subdesenvolvimento nacional

1. ORIGENS DO MODELO COLONIAL PORTUGUÊS EM ÁFRICA

Embora seja sempre extremamente difícil, e portanto discutível, definiem-se e delimitarem-se épocas na história de uma nação, pode-se afirmar que o Portugal de 1900 é o resultado de uma série de acontecimentos e opções cujas origens estão intrinsecamente ligadas às Invasões Francesas, nos começos do século XIX. Contudo, entre essa plêiade de acontecimentos, dois foram altamente determinantes da evolução social, económica e política portuguesa, a saber, a independência do Brasil e a hegemonia da Inglaterra no plano das relações internacionais.

Para se avaliar a importância destes dois factos, de resto estreitamente ligados entre si, basta lembrar as características da colonização portuguesa no Brasil.

Como bem analisou Prado Júnior¹, os imensos impérios coloniais ibéricos, isto é, das coroas portuguesa e espanhola, representam, desde o século XVII, um anacronismo, porque deixaram de corresponder ao equilíbrio mundial de forças económicas e políticas. Com efeito, quer Portugal quer a Espanha exerciam sobre os respectivos impérios uma exploração baseada no monopólio comercial, o chamado Pacto Colonial. Mas o aparecimento do capitalismo industrial e subsequente revolução industrial rapidamente ofuscam o domínio do capitalismo comercial, com o qual entra em contradição de interesses. Para o capitalismo industrial é indispensável um comércio completamente livre e, por isso, a destruição dos monopólios comerciais se torna uma condição essencial ao seu desenvolvimento.

No entanto, a rivalidade e as lutas entre a Inglaterra e a França durante os séculos XVII e XVIII vão permitindo a continuidade dos impérios ibéricos, cada um apoiando-se numa dessas potências (Portugal na Inglaterra e a Espanha na França). Mas, no fim do século XVIII, o agravamento dos conflitos entre essas potências acaba por arrastar as decadentes monarquias ibéricas e conduz à desagregação dos seus obsoletos impérios. Em todo este processo existem grandes semelhanças entre Portugal e Espanha; porém, no caso português houve um certo número de particularidades que devem ser aqui lembradas, pelas suas subseqüentes consequências.

Quando, em 1807, o regente D. João foge com a Corte para o Brasil, diante dos exércitos napoleónicos estabelece-se quase automaticamente uma situação revolucionária, que se traduz no rompimento dos laços efectivos

* OIT/CISEP

¹ Caio Prado Júnior, *História Económica do Brasil*, 24.ª ed., São Paulo, Editora Brasiliense, 1980.

que uniam o Brasil à metrópole. Com efeito, a primeira medida que o regente toma ao chegar a terras brasileiras é decretar a abertura dos portos brasileiros a todos os países. Evidentemente, esta medida acabou com o Pacto Colonial, embora no decreto que a legitimou estivesse declarado que se tratava de uma medida provisória. Na realidade, tal medida tornou-se definitiva pela simples razão de Portugal se apresentar como um peso inútil nas relações comerciais entre o Brasil e a Inglaterra. De simples intermediário, porque não era nem consumidor apreciável dos produtos coloniais, nem fornecedor dos artigos consumidos no Brasil, Portugal transformara-se, na prática, numa colónia inglesa. Prova disso encontra-se no tratado de 1810, em que o regente D. João concede à Inglaterra uma tarifa preferencial de 15%, mais favorável do que a Portugal, no comércio com o Brasil. Entretanto, o general inglês Beresford fora nomeado governador do Reino libertado, em 1809, onde passou a exercer uma verdadeira ditadura.

Esse conjunto de acontecimentos dramáticos, num país arruinado pela guerra e sujeito a um sistema sociopolítico ultrapassado, acaba por produzir sucessivos levantamentos e revoltas nacionalistas e patrióticas, que se concretizaram na exigência duma monarquia constitucional.

Durante o período das lutas liberais, que se estende até 1836, assiste-se, em Portugal, a um importante debate sobre os possíveis caminhos de desenvolvimento económico. Num país que se caracterizava por uma quase total ausência de actividades industriais e uma agricultura arruinada e tolhida por direitos e privilégios de tipo feudal (os forais) apresentaram-se, então, duas alternativas: desenvolver a agricultura ou continuar a sobreviver à custa do pacto colonial, substituindo ao Brasil as colónias africanas.

Infelizmente, foi a segunda alternativa que acabou por se impor, e isto por duas razões fundamentais: as contradições doutrinárias da burguesia liberal portuguesa² e o intervencionismo inglês na política nacional.

As contradições doutrinárias, ou, melhor, ideológicas, da burguesia manifestavam-se pela tentativa de conciliação entre os seus interesses imediatos e os da antiga classe dominante. Por isso sempre repudiou o apoio das camadas populares e até da pequena burguesia campesina, preferindo aliar-se a sectores da antiga nobreza. Claro está que esse comportamento resulta do próprio atraso económico e social português: em 1820, menos de 400 000 pessoas viviam nas cidades, estando 210 000 concentradas em Lisboa³; os restantes 2 600 000 habitantes do Reino viviam no campo, sujeitos a pagar «rendas perpétuas aos senhores e donatários»⁴, ou obrigados a hipotecar as terras a usurários, que acabavam por se tornar os verdadeiros proprietários, pela impossibilidade de esses pequenos proprietários cumprirem as suas obrigações; entretanto, nas cidades concentravam-se militares, a burocracia do Estado, a burguesia comercial, artesãos e respectivos operários.

Consequentemente, as medidas mais revolucionárias dos governos liberais limitaram-se à extinção das ordens religiosas, com integração das suas propriedades nos bens nacionais e venda aos particulares, em 1834. Quanto à supressão dos forais, uma das principais reivindicações do pequeno campesinato, formado essencialmente por rendeiros, e que foi decretada em 1822, limitou-se a reduzir a metade as pensões e os foros estipulados. Desta

² Vitor de Sá, *A Crise do Liberalismo e as Primeiras Manifestações das Ideias Socialistas em Portugal (1820-1852)*, Seara Nova, 1969.

³ Franzini, *Almanach Portuguez, Anno de 1826*, citado por Vitor de Sá.

⁴ Vitor de Sá, *op. cit.*

forma, a pequena burguesia rural continua esmagada pelos encargos, sem condições financeiras para participar na compra das propriedades expropriadas ao clero. Portanto, essas medidas apenas conduziram a uma transferência de propriedade sem que se tenham alterado as bases económicas da sociedade.

Sem alteração de estruturas, continuaram de pé as causas do subdesenvolvimento, com a agravante de se ter perdido o principal sustentáculo da economia nacional, ou, como se diria em linguagem popular, «a vaca leiteira», isto é, o Brasil. Por isso, a nação portuguesa entra em crise, sucedendo-se revoltas, convulsões, guerras civis, enquanto os políticos liberais se dividem em facções consoante estejam ligados ao comércio e às actividades marítimas ou à propriedade fundiária. Como exemplo, vale a pena citar o caso do jurista Fernandes Tomás, que em 1821 defende nas Cortes a protecção à agricultura e considera que o estabelecimento de certas fábricas era mais um mal do que um bem ⁵.

Neste *impasse* político-institucional, a exploração das colónias portuguesas em África surge como uma bóia de salvação. Em 1821, o já citado Fernandes Tomás declara nas Cortes:

À vossa sabedoria não há-de escapar que, nas críticas circunstâncias em que nos achamos, é necessário dar uma particular atenção aos nossos estabelecimentos de África e das Ilhas Adjacentes de Portugal ⁶.

Se a este discurso se acrescentar o facto de, até ao decreto abolicionista de 1836, o imposto levantado sobre o tráfico de escravos ter constituído a principal fonte de rendimentos para Portugal, provenientes de Angola e Moçambique, pode-se avaliar que tipo de desenvolvimento estava sendo então proposto.

Muito naturalmente, a exploração das colónias portuguesas em África também estava na mira das potências europeias. Assim, em 1836, o rei Leopoldo da Bélgica «quis mandar tropas para Lisboa em socorro da rainha, para reprimir a Revolução de Setembro, com o desejo de conseguir que Portugal hipotecasse à Bélgica uma das suas possessões territoriais na costa de África a título de indemnizações pelas despesas do corpo expedicionário» ⁷; em 1848, Saldanha foi acusado de ter proposto a venda de Angola a Guizot ⁸.

Mas, na luta diplomática que por essa altura se trava entre as grandes potências, a grande vencedora vai ser a Inglaterra, a qual, financiando, manipulando e até intervindo militarmente, como durante a insurreição popular da Patuleia, acaba por dominar todo o processo político português. Portanto, a Inglaterra será o grande aliado da grande burguesia portuguesa, uma burguesia que foi a quase única beneficiária da expropriação das terras das ordens religiosas e que muito rapidamente acaba por monopolizar os meios de produção e o poder político.

Grande proprietária absentista, essa burguesia submete os trabalhadores rurais a uma exploração desenfreada para poder extrair-lhes a mais-valia, que vai investir noutros sectores, mas principalmente no comércio marítimo.

⁵ Vitor de Sá, *op. cit.*

⁶ *Id.*, *ibid.*

⁷ Alviella, *L'Établissement des Cobourg au Portugal*, Paris, 1869, cit. por Vitor de Sá.

⁸ A. Viana, *Documentos para a História Contemporânea*, Lisboa, 1894, cit. por Vitor de Sá.

Desta forma se perpetua o modelo do Pacto Colonial, em que Portugal continua a fazer o papel de intermediário. É certo que a burguesia não monopolista tenta algumas vezes mudar o processo, como foi o caso durante o movimento da Regeneração, na segunda metade do século XIX. Mas o resultado desse movimento, que se processa mais ao nível das ideias, foram apenas algumas reformas que eliminaram várias das peias que restavam do antigo regime e, portanto, acabaram por favorecer a classe que efectivamente detinha o poder político. Será, pois, nesse contexto que Portugal entrará no século XX.

2. O MODELO COLONIAL E O JOGO DAS GRANDES POTÊNCIAS

Apesar da vontade política, a exploração das riquezas coloniais africanas não foi tarefa fácil. Com efeito, nesses reservatórios de mão-de-obra escrava, até pelo menos 1869, não existiam nem infra-estruturas nem meios de comunicação indispensáveis a qualquer tipo de desenvolvimento económico. Além disso, as ligações marítimas entre Portugal e essas colónias eram extremamente deficientes, para não dizer praticamente inexistentes. Mas, como veremos, esses problemas vão ser superados mais uma vez pela aliança da grande burguesia nacional com o capital estrangeiro.

A pretexto da incapacidade nacional, quando da falência da Companhia União Mercantil, que tinha uma carreira marítima entre Lisboa e Luanda, o Governo Português passou a subsidiar, desde 1864, uma companhia de navegação inglesa⁹ que estabeleceu uma ligação marítima entre Lisboa e as colónias da África ocidental. Mais tarde, nos anos de 1890, o Governo Português subsidiou outras companhias inglesas e até alemãs que faziam escala em Lisboa e Moçambique, passando por Angola e cidade do Cabo¹⁰. Simultaneamente, lançavam-se grandes empreendimentos de engenharia, sobretudo portos e caminhos-de-ferro, financiados por capitais portugueses, mas sobretudo ingleses. Portanto, a mais-valia extraída aos miseráveis trabalhadores rurais portugueses estava servindo para financiar o desenvolvimento económico nas colónias, onde os principais beneficiários eram os meios capitalistas estrangeiros, embora a grande burguesia nacional a eles estivesse associada.

O melhor exemplo desse processo encontra-se no desenvolvimento do sector agrícola colonial. Neste campo, o arquipélago de São Tomé e Príncipe, com a introdução do café, trazido do Brasil em 1800, e depois com a introdução do cacau, conheceu um desenvolvimento bastante rápido a partir de 1863. Mesmo assim, só quase nas vésperas da proclamação da República passou a apresentar uma balança comercial francamente positiva¹¹. Claro está que a economia do arquipélago era muito sensível ao mercado mundial do cacau e do café, pois os proprietários absentistas se limitaram à agricultura e comércio desses produtos.

Se, em São Tomé e Príncipe, a maioria dos proprietários eram portugueses, em Moçambique e Angola não será assim. Em Moçambique cederam-se concessões a companhias, verdadeiros Estados com estatuto de quase independência e, na sua maioria, de capital estrangeiro ou predominantemente

⁹ A. Oliveira Marques, *História de Portugal*, Lisboa, Palas Editores, 1974.

¹⁰ Em 1880 foi criada a Empresa Nacional de Navegação, de capital português e não subsidiada.

¹¹ A. Oliveira Marques, *op. cit.*

estrangeiro. A mais importante dessas companhias, a Companhia de Moçambique, foi criada em 1888 e era de capital predominantemente inglês e francês. Tinha autoridade administrativa e policial, fazia cobrança de impostos e de direitos alfandegários e detinha o monopólio fiscal sobre uma área que abarcava 140 000 quilómetros. No entanto, no Orçamento Geral do Estado Português, as despesas com Moçambique continuavam a ser maiores do que as receitas. Esta situação só será revertida nos começos do século XX, quando se começa a exportar mão-de-obra africana para o Transval e África do Sul e estas colónias inglesas passam a utilizar os portos e vias férreas moçambicanos.

Pelo contrário, as tentativas de exploração colonial em Angola começam por se mostrar infrutíferas, principalmente porque o capital estrangeiro não parece muito interessado nessa colónia, mesmo quando lhe são oferecidas concessões semelhantes às de Moçambique. Neste caso, a situação só começará a mudar com a construção do Caminho-de-Ferro de Benguela, a qual só foi terminada depois da proclamação da República.

Como já frisámos anteriormente a propósito dos subsídios a companhias de navegação estrangeiras, o Governo Português procurava justificar os privilégios e concessões oferecidos ao capital estrangeiro pela falta de capitais nacionais, quando havia grande necessidade de desenvolver as colónias portuguesas. Na realidade, o Governo Português estava tentando, desesperadamente, criar condições que impedissem as grandes potências de se apoderar desses territórios.

Com efeito, na década de 1870, a luta entre as grandes potências europeias desloca-se para o continente africano. Nessa altura, a Inglaterra põe em marcha um plano de expansão a que a França e a Prússia, enfraquecidas pela guerra de 1870 e pelas convulsões sociais que se lhe seguiram, procuram neutralizar. Assim, sob a égide do rei Leopoldo II da Bélgica, efectua-se em Bruxelas a conferência internacional de 1876, que ficou conhecida pelo nome de Conferência Geográfica, para a qual Portugal não foi convidado. Deste modo, ignoravam-se deliberadamente as pretensões coloniais de Portugal, cujos territórios africanos iam de facto servir como moeda de troca entre as grandes potências. Prova disso são os sucessivos tratados que alternativamente atribuem vantagens e desvantagens a Portugal. Esta diplomacia culmina com o Ultimato Inglês de 11 de Janeiro de 1890, a que o Governo Português foi obrigado a ceder, apesar de ter tentado obter ajuda quer da Alemanha, quer da França.

Embora o tratado de 1891 tivesse reconhecido a soberania portuguesa sobre Angola e Moçambique, o Governo Português sabia que a partida não estava ganha. Por isso se empenha em financiar expedições, como a de Serpa Pinto, e acelera a política de concessões a companhias estrangeiras, com o intuito de se assegurar aliados nos próprios países que lhe cobijavam os territórios africanos.

Do ponto de vista económico-financeiro, todo esse esforço custou muito caro a Portugal e acabou por arrastar a queda da Monarquia. Com efeito, «o orçamento ultramarino global para 1909-10 exibia um défice de 2000 contos»¹², numa altura em que ainda se faziam sentir em Portugal os efeitos da crise económica e financeira internacional da década de 1890. Desta forma, tornava-se evidente que as opções fundamentais tomadas pela grande bur-

¹² Oliveira Marques, *op. cit.*

guesia rural e comerciante, que tomara as rédeas do poder, não serviam o desenvolvimento da nação portuguesa. Só assim se explica o fluxo migratório sem precedentes, que no período de 1890-1900 provocou a saída média anual de aproximadamente 28 000 portugueses, e que de 1901 a 1911 tenham emigrado para o Brasil cerca de 400 000 outros portugueses¹³. Portanto, as colónias africanas, que tão caras estavam a custar à Nação, nem sequer serviam para absorver os excedentes populacionais, facto perfeitamente natural, pois, na realidade, Portugal apenas mantinha a soberania política sobre essas colónias, e isto pelo jogo de rivalidade entre as grandes potências.

3. POLÍTICA COLONIAL E A PRIMEIRA REPÚBLICA

Ao ser proclamada a República, a 5 de Outubro de 1910, a situação económica e social de Portugal era catastrófica. Com uma população à volta de 6 milhões de habitantes¹⁴, onde mais de 80% habitavam ainda o campo e onde a população urbana se concentrava cada vez mais nas duas cidades-portos importantes (Lisboa e Porto), continuava a dominar «uma classe de burgueses ricos, ligados à banca, ao grande comércio e à propriedade fundiária, aliada à antiga e mais ou menos pura nobreza terratenente, que continuava a existir»¹⁵ e que, como vimos, estava totalmente enfeudada aos interesses estrangeiros.

Contudo, o modelo económico imposto por essa oligarquia produziu uma classe média bastante numerosa nas cidades de Lisboa e Porto. Esta classe era composta sobretudo por membros das profissões liberais, pelo médio e pequeno funcionalismo público, pelas médias e baixas patentes do Exército e da Marinha e pela maioria dos estudantes universitários, isto é, a população que fornecia os serviços indispensáveis ao bom funcionamento do modelo. A estes grupos acresciam ainda os pequenos burgueses ocupados no comércio e na indústria, assim como alguns pequenos e médios proprietários rurais.

Evidentemente, à medida que a crise económica e financeira se agrava, sob a Monarquia, será a classe média conjuntamente com os camponeses e o operariado nascente que sofrerão as suas consequências. Será, portanto, da união do descontentamento dessas classes que nascerá a República.

Mas, se a união de descontentamentos pode fazer uma revolução, dificilmente poderá conduzir um processo revolucionário de transformações como as que se impunham nessa altura em Portugal. Por isso, a acção do Governo republicano vai ser essencialmente reformista. A medida mais revolucionária será tomada pelo Governo Provisório quando, a 31 de Outubro de 1910, reconhece o direito de greve, mas logo a 6 de Dezembro de 1910 esse direito será limitado, no decreto que regulamenta o acto legislativo de 31 de Outubro¹⁶.

Qual, então, o papel da República de 1910? Na realidade, assegurar a continuidade da ordem burguesa nascida no período revolucionário de 1820-34, ou, para retomar as palavras, que nos parecem particularmente pertinentes, de Viana Martins, «os acontecimentos de Outubro de 1910, se não cons-

¹³ A. Viana Martins, *Da 1 República ao Estado Novo*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1976.

¹⁴ Oliveira Marques, *op. cit.*

¹⁵ *Id.*, *ibid.*

¹⁶ Viana Martins, *op. cit.*

tituem a revolução burguesa em Portugal, representam contudo o seu último estádio, isto é, a consagração definitiva das suas conquistas»¹⁷.

Neste contexto, e como não poderia deixar de ser, a República vai prosseguir na tentativa de exploração colonial em África. Assim, logo em 1911 cria um novo Ministério, o das Colónias, e introduz mudanças importantes na administração colonial, com o objectivo de promover o desenvolvimento desses territórios.

O princípio fundamental dessas mudanças era a descentralização administrativa e financeira. Com isso procurava-se vir a retirar os benefícios do desenvolvimento económico colonial sem ter de lhe financiar os custos, demasiado elevados. Ao Governo da metrópole caberia fiscalizar a acção dos governadores e nomear, se necessário, altos-comissários, que acumulavam as funções de governador com outras funções executivas. Assim, em 1921 foram nomeados altos-comissários para Angola e Moçambique, respectivamente, Norton de Matos e Brito Camacho.

De facto, essas reformas administrativas estavam previstas desde 1914, mas a eclosão da primeira guerra mundial não permitiu a sua aplicação.

Precisamente a eclosão desta guerra põe em perigo a soberania de Portugal sobre as colónias africanas e, por isso, o Governo Português vai desenvolver enormes esforços diplomáticos com o objectivo de «conseguir que os Aliados lhe pedissem para enviar à frente europeia um contingente de tropas»¹⁸.

O custo económico, social e político da participação de Portugal na guerra foi elevadíssimo: agitações, greves, fome, desemprego, a ditadura de Sidónio Pais, prisões, repressão sangrenta, desequilíbrios orçamentais, ameaças de bancarrota. Contudo, efectivamente, no fim da guerra, Portugal sentava-se entre os grandes à mesa de conversações e assegurava a continuidade do Império Colonial, além de ter recuperado o pequeno território de Quionga, no Norte de Moçambique, de que a Alemanha se tinha apoderado em 1894. Mas os Aliados não consentiram que Portugal beneficiasse das reparações de guerra, embora lhe exigissem que pagasse as dívidas de guerra.

Entretanto, durante o mesmo período, o capital estrangeiro continua a apoderar-se das riquezas das colónias portuguesas. Em 1917, «os magnates americanos Guggenheim, o rei do estanho, e Thomas F. Ryan, a companhia dos diamantes belgo-americana Forminière e a sociedade anglo-belga Union Minière du Haut Katanga associaram-se para financiar a criação»¹⁹ da Diamang, «cujo objectivo era a exploração das riquezas diamantíferas de Angola»²⁰. Em 1919, a sociedade Roberto Hudson, Ltd., fornecedora de material de caminho-de-ferro, instala-se em Angola²¹.

Quanto à oligarquia portuguesa, a única actividade que desenvolve é a especulativa, que, numa situação de crise generalizada, acaba por levar à falência de sucessivas casas bancárias. Mais uma vez, as grandes vítimas da aliança entre a grande burguesia e o capital estrangeiro são a classe média rural e urbana, o campesinato e o operariado industrial. Este, embora continue pequeno em número, ganhara experiências novas de luta desde a im-

¹⁷ Viana Martins, *op. cit.*

¹⁸ *Id.*, *ibid.*

¹⁹ Armando Castro, *O Sistema Colonial Português em África*, Lisboa, Editorial Caminho, 1980.

²⁰ *Id.*, *ibid.*

²¹ *Id.*, *ibid.*

plantação da República e sobretudo estava atento aos grandes movimentos e revoluções sociais no resto da Europa. Por isso, deixara de ser possível que a classe média se servisse do operariado na contestação ao Governo, como o fizera em 1910.

Desta vez, seguindo o exemplo das suas congéneres europeias, a contestação da classe média levará ao golpe militar de direita e à implantação de um regime fascista. Este será, de resto, acarinhado pela grande burguesia e seus aliados estrangeiros, pois vêem nele a única possibilidade de amordaçar as crescentes reivindicações populares, que constituem um perigo para os seus privilégios e para a continuidade do modelo económico que lhes proporciona.

4. DA POLÍTICA SALAZARISTA AO FIM DO IMPÉRIO

A ditadura que se instala em Portugal com o golpe de Estado de 1926 e que se autodenomina «Estado Novo» vai acabar com a política de descentralização administrativa e financeira nas colónias. Esta medida, que se enquadra na tendência altamente centralizadora do novo regime, visa, no entanto, objectivos específicos neste caso. Sem pretender demonstrar nem o espírito liberal, nem o espírito humanista da República, o Estado Novo pretende assim retirar o máximo proveito das colónias africanas. E, como os meios de produção e as principais riquezas coloniais estavam na mão do capital estrangeiro, a exploração vai ser organizada à custa duma espoliação vergonhosa da população indígena.

Assim, no Acto Colonial de 1930, «em cujas concepção e redacção o próprio Salazar — ministro interino das Colónias durante alguns meses — desempenhou papel de relevo»²², o qual foi depois introduzido como apêndice à Constituição de 1933, estipulou-se no artigo 20.º que o Estado tinha a faculdade de obrigar os indígenas a trabalhar em obras públicas de interesse geral para a comunidade, em ocupações cujo resultado lhes pertencesse, na execução de decisões judiciais penais, ou no cumprimento de obrigações fiscais²³. Por outras palavras, reintroduzia-se um sistema de trabalho semiescravo, cujos principais beneficiários iam ser aquelas companhias que necessitavam de infra-estruturas, meios de comunicação e outras, para levarem a cabo as suas actividades económicas.

Outra forma de utilização da população africana como meio de exploração pela metrópole era a exportação de mão-de-obra para os países vizinhos:

[...] de Moçambique seguiam todos os anos, para a União da África do Sul e para a Rodésia, cerca de 50 000 trabalhadores com destino principalmente às minas do Transval²⁴.

Com o fim da segunda guerra mundial e a vaga de anticolonialismo que se lhe segue, o sistema colonial português passou a ser abertamente criticado pela opinião pública e organismos internacionais. Por isso, em 1953, o Governo Português promulga a nova lei Orgânica do Ultramar:

²² Oliveira Marques, *op. cit.*

²³ *Id.*, *ibid.*

²⁴ *Id.*, *ibid.*

Desta forma, o Governo procurou subtrair-se às disposições da Carta das Nações Unidas que estipulavam a responsabilidade e os deveres das potências coloniais para com os territórios seus dependentes ²⁵.

Indiferente a todos os apelos e exigências, o fascismo português mantém inalterada a sua política colonial e acaba por arrastar o País para uma guerra destinada a ser perdida.

Resta-nos analisar os efeitos da política colonial de Salazar sobre o desenvolvimento económico e social português.

Contrariamente à propaganda veiculada pelo ditador, as trocas comerciais das colónias eram geralmente deficitárias. Em Moçambique, esses défices eram atenuados pelas remessas dos trabalhadores das minas do Transval. De resto, esta situação nada tem de surpreendente, visto as colónias serem exportadoras sobretudo de matérias-primas e importadoras de produtos acabados. No caso da balança de pagamentos, a situação era diferenciada: geralmente deficitária em Angola, que sofreu uma enorme crise cambial na década de 1950 ²⁶, era contudo excedentária em Moçambique, São Tomé e Príncipe e Guiné. De qualquer forma, os dados oficiais não correspondiam à realidade, porque as grandes sociedades estrangeiras sonegavam ao fisco uma grande parte das suas exportações, ou subtraíam ao controlo cambial grande parte dos seus rendimentos. Entre vários exemplos citados por Armando Castro sobre esses processos, vale a pena citar o caso da Diamang. Esta Companhia só era obrigada a apresentar ao controlo cambial 30% do valor da venda dos diamantes. Mas, além disso, a Diamang vendia esses diamantes à Diamond, onde tinha acções, por um preço muito inferior ao preço real.

Com a eclosão da guerra colonial, a situação agrava-se, devido ao custo da guerra. Os saldos das balanças de pagamentos das colónias deixam de ser suficientes para cobrir os défices da balança comercial de Portugal, que só passam a ser compensados pelas remessas dos emigrantes portugueses.

Depois de quase 500 anos de aventura colonial, tudo o que restou foram umas tantas barras de ouro nos porões do Banco de Portugal e a situação de sermos o país menos desenvolvido da Europa, onde, depois de termos exportado mão-de-obra africana, passámos a exportar a mão-de-obra nacional.

Lisboa, 8 de Novembro de 1981.

²⁵ Oliveira Marques, *op. cit.*

²⁶ Armando Castro, *op. cit.*; Eduardo Guerra, *Evolução da Economia Portuguesa*, Seara Nova, 1967.